

Vol 6, Num 01
Edição Janeiro – Junho 2015
ISSN: 2179-6033
<http://www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/radio-leituras>

Como citar este artigo: AMARANTE, Maria Inês. Rádios para todas as vozes. **Revista Rádio-Leituras**, Mariana-MG, v. 06, n. 01, pp. 105-122, jan./jun. 2015.

Rádios para todas as vozes

Maria Inês Amarante¹

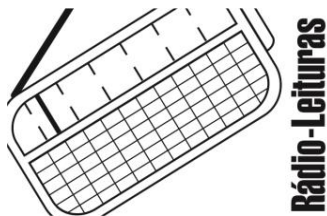
Recebido em: 20 de maio de 2015.
Aprovado em: 29 de junho de 2015.

Resumo

A partir de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas, propõe-se rever a experiência histórica dos principais meios de comunicação democráticos que floresceram na América Latina - e suas variadas denominações, desde os anos 1940, destacando os mais significativos e que trouxeram uma real mudança nas estratégias de comunicação para o desenvolvimento dos povos, como é o caso das rádios comunitárias. Pretende-se também mostrar iniciativas radiofônicas recentes, como as rádios escolares que surgiram de projetos estabelecidos entre associações comunitárias, o poder público e universidades, estimulando o protagonismo jovem em espaços nos quais se articula a relação entre produtores e receptores numa perspectiva transformadora, bem como as experiências de países vizinhos de incentivo às rádios comunitárias com propostas “alterativas”.

Palavras-chave: América Latina; rádios comunitárias; cidadania.

¹ Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP (2010); Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo – UMESP (2004); professora adjunta na área de comunicação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA (Rádio e Comunicação Comunitárias) e pesquisadora. Autora do livro "Rádio Comunitária na Escola: adolescentes, dramaturgia e participação cidadã" (Intermeios, 2012); de vários artigos científicos e outras publicações sobre rádio, memória, gênero e comunicação e co-organizadora da obra "África: múltiplos olhares sobre a comunicação", (Intercom, 2013). Pesquisadora do Centro de Estudos da Oralidade – CEO (PUC-SP); do Núcleo de Estudos de Mídia Local e Comunitária - COMUNI (UMESP) e do GP Construções socioculturais da tríplice fronteira: Brasil, Paraguai e Argentina (UNILA). Associada à Intercom e integrante do GP – Rádio e Mídia sonora. Email: ines.amarante@unila.edu.br



Rádios para todas as vozes

Maria Inês Amarante

De todos os meios que nasceram de ideais e sonhos comuns de pessoas com o objetivo de conquistar uma vida digna e plena de direitos cidadãos – as rádios foram os veículos mais agregadores nos contextos sociopolíticos e culturais do continente. Chamadas de populares, associativas, democráticas, livres, educativas, participativas, indígenas, comunitárias, cidadãs..., elas marcaram época, cumpriram um papel importante na organização de movimentos comunitários e seguem agregando colaboradores e alterando o modo de produção e interação da sociedade com o poder político.

Ao pensarmos numa abordagem das diversas experiências radiofônicas voltadas à cidadania e ao desenvolvimento dos povos, muitos são os rumos que podemos tomar para salientar os trabalhos que fazem parte do cotidiano de pessoas que, com idealismo, vivem suas utopias comunicativas.

Para iniciar esta discussão, pensamos em quão diversas são essas rádios. Cada uma delas reflete, necessariamente, o contexto sociopolítico da localidade em que surgiram, ou seja: - a história, a época, a democratização dos meios, o modo de vida de cada local; a função que tiveram na organização dos movimentos comunitários envolvendo a sociedade civil; os processos de comunicação entre os diferentes públicos que nelas atuam; o tipo de participação que estimularam e os modos de produção e interação com a política do país.

Poderíamos então avançar algumas palavras-chave que servem para marcar a dimensão ampla do tema, como por exemplo: educação; conscientização; liberdade de expressão; desenvolvimento social; participação; inclusão; direitos humanos; cidadania; local; regional; justiça social; cultura; identidade, alternativa e democratização da palavra.

Cada experiência, lembra Dagrón (2007, p. 37), tem um caráter único, particular – que vem do conceito de “compartir”, dividir algo com alguém. E, neste caso, trata-se de rádios que atuam de forma contra hegemônica - considerada a hegemonia dos meios de comunicação vigentes -, e que se contrapõem por oposições ao poder de tomada de decisões, bem como ao da identidade em comunidades que foram

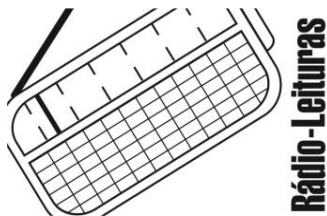
marginalizadas. O autor cita vários temas que distinguem a comunicação participativa de outras estratégias de comunicação (2007, p. 38): o *vertical* e o *horizontal*; o *individual* e o *coletivo*; o *massivo* e o *específico*; a *necessidade do povo* e a *obrigação dos financiadores*; o *acesso* (condicionado) e a *apropriação*; a *conscientização* e a *persuasão*, o *para* e o *com*; o *processo* e a *campanha*...

Passando em revista as formas de nomear cada experiência, Villamayor e Lamas (1998), que acumulam vivências de longos anos em formação e produção radiofônica democrática, cidadã e popular na América Latina, afirmam que:

A maneira de nomear-se está marcada por diferentes modos de construção de identidades, a partir de suas particularidades, de seu projeto de comunicação e suas formas de produção, de recepção, do modo de relacionar-se entre si e com seus ouvintes. As identidades e as características das emissoras se constroem, se vão construindo, no cruzamento destes fatores, das demandas de determinados setores da sociedade e as respostas que as rádios dão a estes, mas também desde a constituição dos próprios processos internos como instituições radiofônicas.

Assim, os adjetivos que usam indicam as particularidades de cada uma e todas as mudanças que propõem no modo de gerir, de se apresentar à sociedade, na missão e na proposta política que trazem. Para os autores, as rádios que se iniciaram para alfabetizar, transformando-se em instrumento de educação popular, tornaram-se rádios populares, definindo novas missões. Já as rádios alternativas foram criadas como ferramenta para tomada do poder pelos setores populares: indígenas, sindicais, camponeses, culturais, insurgentes..., surgidas, sobretudo, nos anos 1960-70. Acompanharam projetos revolucionários de lutas sociais e políticas, algumas delas com incursões pela luta armada.

Os anos 1980 herdaram as experiências das chamadas rádios livres europeias, surgidas na década anterior a partir de jovens contestatários que se sentiam excluídos dos meios de comunicação estatais e insatisfeitos com a progressão da indústria cultural dominante. Exportaram ao mundo as ideias de ruptura dos paradigmas vigentes e inspiraram as rádios denominadas comunitárias e participativas, que



Rádios para todas as vozes

Maria Inês Amarante

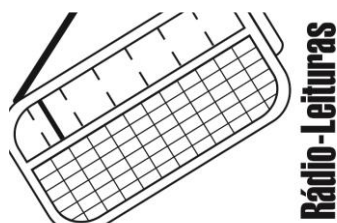
despontaram quando se inicia o processo de recuperação democrática na América Latina.

Ao discorrer sobre o tema, Vigil (1997, p.324)² lembra que, em cada época e lugar, as rádios têm sido caracterizadas por diversos nomes, mostrando dessa maneira a diversidade e riqueza do movimento: “rádios comunitárias, cidadãs, populares, educativas, livres, participativas, rurais, associativas, interativas, alternativas...”. Porém, o desafio de todas ao longo dos anos tem sido o mesmo: “democratizar a palavra para democratizar a sociedade”.

No entanto, se consideramos o sentido proposto por Grimberg (1987, p. 11) podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que a proposta dessas rádios as aproxima das “rádios alternativas”, ou seja, daquelas que apresentam uma opção frente ao discurso dominante. Lembra ainda o autor que o conteúdo que oferecem é fundamental para esta análise, bem como a relação estabelecida entre emissão/recepção. Ao citar os clássicos estudos de Moles/Zeitmann sobre o fluxo de informação – salienta que, ao medirmos a democratização dos meios, este fluxo deveria ser equivalente. Porém se considerarmos os contextos onde aparecem as rádios alternativas, nota-se que ele é profundamente desigual, ou seja, os setores que predominam na emissão são as rádios privadas, comerciais, numa imposição política, econômica e cultural na maioria dos países de nosso continente. Neste sentido, Ortriwano (1998, p. 14) observa que “na prática, o ouvinte como *fonte direta de (re)alimentação* do sistema só participa na medida em que atende aos interesses do próprio sistema, nunca para questioná-lo.”

Por esta razão, desde a metade do século XX, surgiram movimentos que sobrevivem até os nossos dias – de reivindicação por uma outra comunicação possível que traduzisse o desejo de participação plural, utopias de uma sociedade mais justa e

² Disponível em: <http://www.vivalaradio.org/gestion-radios-comunitarias/organizacion/05manual-gestion.html>.

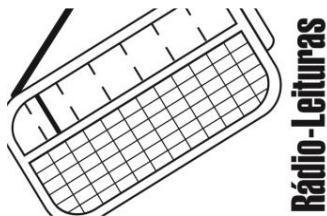


igualitária, em conjunção com os sonhos sonhados junto, como lembra a canção de Daniel Viglietti – nos idos dos anos 1970 “una gota con ser poco, con otras se hace aguacero” – e muitas “olas”, como Dagrón anuncia em sua coletânea “Haciendo Olas” sobre os variados processos de comunicação emancipadora. Afinal, informação é poder!

1. Experiências radiofônicas cidadãos na América Latina

Por diversas razões, as reivindicações dos movimentos sociais foram bastante significativas na América Latina em geral, tendo o rádio como grande aliado e divulgador. Primeiro, pela tradição oral de nossa cultura, depois pela condição de letramento da população: nos anos 1940, com a concentração de habitantes na zona rural, o analfabetismo era preocupante!

Outro fator a ser considerado é a grande exploração das riquezas minerais do continente, desde o seu “achamento”, com igual exploração da mão de obra nativa e, posteriormente, importada da África pelos colonizadores. Os sistemas coloniais implantados pelos espanhóis e portugueses no “novo mundo” sempre tiveram no latifúndio e na submissão dos povos a garantia de sua permanência (ROUQUIÉ, 1994, p. 20-21). Com os meios de comunicação não foi diferente. Se a imprensa teve dificuldade em “massificar” porque a maior parte da população não lia, os meios eletrônicos, a começar pelo rádio, podiam servir à educação. Contudo, o espectro da radiodifusão, desde os anos 1920, vem sendo dividido como negócio entre grandes, com a ajuda dos Estados, que detém o poder das concessões, mostrando que podem ser usados de forma planejada, não apenas pela publicidade, venda de produtos ou transmissão de mensagens, mas também na integração da sociedade e na intervenção sobre a motivação e a conduta das massas. E, na parte deste latifúndio da comunicação que cabe ao público, a participação desse público tem sido negligenciada. E a palavra da maioria, através de suas vozes que exprimem anseios e reivindicações, tem aparecido muito pouco nas mídias dominantes, cujas programações visam o lucro e o entretenimento. Ao propagar a interatividade,



Rádios para todas as vozes

Maria Inês Amarante

referem-se a um tipo de participação que apenas reforça as propostas de suas pautas, sem no entanto oferecer aos ouvintes uma participação efetiva na escolha delas.

Porém este público excluído sempre encontrou formas de se agregar e promover levantes, rebeliões, uniões e lutas intestinas pela conquista da igualdade de direitos ganhando, além de oposições, muitas adesões. Do ponto de vista da comunicação popular, por exemplo, salienta Puntel (1994, p.133), a dinâmica dos movimentos contou com o apoio da igreja católica. E uma das primeiras experiências foi a de uma rádio educativa da Colômbia, iniciada em 1947 – a *Rádio Sutatenza*, que teve o Padre Salcedo na dianteira. A mesma igreja que pregava o evangelho pelas ondas do rádio, também promoveu esta experiência precursora das radioescolas, priorizando a alfabetização de camponeses e o desenvolvimento rural³. Dela nasceu a ACPO – Acción Cultural Popular, rede que expandiu as atividades de educação à distância (DAGRON, 2001, p. 43), e foi inspiradora de outras rádios.

Essa vocação educativa do rádio já havia sido defendida por Brecht, nos anos 1930 (2007, p. 228), pois o veículo era propício, segundo o autor, não apenas à transmissão de mensagens, mas ao intercâmbio de “dupla mão” entre emissores e receptores - a “dialogicidade” apregoada por Paulo Freire (1980) nos anos sessenta – e praticada por movimentos sociais.

A educação pelo rádio também existiu no Brasil, a partir dos anos 1930, segundo Moreira (1991, p. 18-20), com o educador Anísio Teixeira. Embora o país não fosse ainda religado por um sistema moderno (satélite, meios digitais...) o correio distribuía lições e se organizavam grupos de educadores que “mediavam” a recepção do material educativo em emissora público-privada, como a Rádio Sociedade e a Rádio Nacional do Rio de Janeiro.

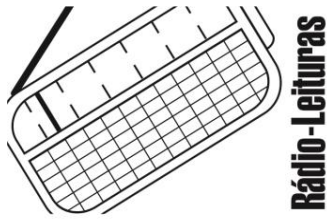
³ Segundo dados obtidos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 70% da população da Colômbia, nos anos 1940, estava concentrada na área rural. Disponível em: <<http://www.social.org.br/cartilhas/cartilha003/cartilha007.htm>>.

Pouco depois, várias emissoras já estavam interligadas através do Sistema de Rádio Educativo Nacional (SIRENA), sendo que novas experiências foram postas em prática por movimentos educativos populares como o MEB – Movimento de Educação de Base, extinto no final dos anos 1960 após o recrudescimento do regime militar, quando surgem outros projetos controlados pelo Estado (AMARANTE, 2012, p. 28).

Para Kaplún (1978, p. 34) há a necessidade de se compreender a educação popular como um processo, onde o rádio é reconhecidamente um instrumento valioso para tal, uma vez que o povo nele pode se expressar de forma “horizontal e participativa”. O educador idealiza então formações específicas para equipes, utilizando uma metodologia concebida para o avanço desse tipo de comunicação. Naquela época, a concepção do popular era atrelada aos processos participativos e emancipatórios, já que se divulgava a necessidade (e o idealismo de educadores e intelectuais) de educar o povo, conscientizá-lo sobre a recepção dos meios e os modos de inserção nos processos culturais, sociais e políticos da região através do veículo.

Remetendo-nos à comunicação popular, devemos pensar em processos variados que envolvem conteúdos críticos emancipadores e que têm o povo como protagonista, o popular adquirindo assim vários significados. Peruzzo (1998, p.144) lembra alguns deles, fazendo referência às classes subalternas, submissas à política dominante e também aos relativos ao povo massificado. Apresenta uma tipologia da comunicação popular (PERUZZO, 2008, p. 8), variando entre o *popular-folclórico* – que implica em manifestações culturais nos meios de comunicação; o *popular massivo* – que aglutina e mescla elementos de várias classes para atingir um largo público sem identificação precisa – e o *popular alternativo*, que é descrito conforme as práticas que o rádio demonstrou. Nos seus aspectos positivos, é uma comunicação diversificada, com os protagonistas apropriando-se dos meios e das técnicas do fazer/criar a mensagem comunicativa, de conteúdo crítico, voltado à formação da identidade – ou identidades, à preservação da memória, à conquista da cidadania e à democratização.

Quase todas as experiências populares tentaram (e seguem tentando) uma autonomia institucional, criando seus próprios modos de sobrevivência. Apesar disso,



Rádios para todas as vozes

Maria Inês Amarante

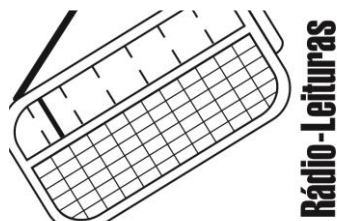
há inúmeras dificuldades para se realizar plenamente essa comunicação – como a formação, a produção, a falta de apoio estrutural e de modelos - e este fato incide nos processos de participação, apesar de objetivos e sonhos comuns.

Assim, em todas as experiências, esbarra-se na problemática da gestão coletiva, do planejamento da emissora e da produção de mensagens e de programas. Em qualquer estrutura radiofônica, seja ela uma rádio de alto-falante, FM, de transmissor caseiro, na web ou rádios móveis, este aspecto deve ser considerado na prática cotidiana, para não criar níveis diferenciados de participação que geram conflitos (PERUZZO, 2007, p.140).

Ainda no final dos anos 1940, outras rádios associativas com intensa participação comunitária floresceram. Entre as mais expressivas, destacaram-se as rádios mineiras da Bolívia, que chegaram a formar uma extensa rede como a *Rádio Animas*, *La Voz del Minero*, *Rádio Vanguardia de Colquiri*, *Rádio 21 de Diciembre*, *Radio Sucre*, *Radio Bolívar*, *Rádio Nacional de Huanuni* e a *Rádio Pio XII*, esta última de origem católica que se incorporou posteriormente à rede. Apesar de serem reprimidas por governos ditatoriais, criaram um modelo de funcionamento – cuja propriedade, emprego e direção estavam nas mãos dos próprios trabalhadores. Sobreviviam da colaboração de seus associados e, embora não fossem feitas diretamente pelos mineiros, pois havia locutores profissionais e professores, expressavam os anseios e defendiam a causa dos trabalhadores. Todas contribuíam também na educação popular, preservação cultural étnica e na alfabetização (DAGRON, 2001, p. 47-52), sobrevivendo à repressão militar até os anos 1980, quando as minas foram fechadas. Foram inspiradoras de outras iniciativas como a da *Rádio San Gabriel*, na Bolívia, em 1956, a *Rádio Huayacocotla*, no México, em 1965, e a *Rádio Quillabamba* no Peru, em 1969 (AMARANTE, 2010, p. 41).

A experiência da *Rádio Enriquillo*, na República Dominicana, configura-se igualmente como associativa, pois aglutinou, sobretudo, movimentos organizados de mulheres que buscavam o desenvolvimento e a cidadania através da comunicação.

Rebeldes, transgressoras ou utópicas, como também foram as rádios guerrilheiras de Cuba nos anos 1950, como a *Rádio Rebelde*, ou a *Rádio Sandino* da

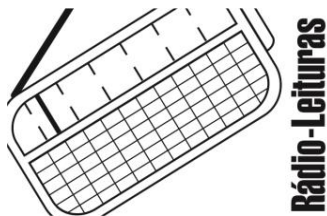


Nicarágua e a *Rádio Venceremos*, de El Salvador, nos anos 1970, o fator participação foi fundamental e merece destaque.

As rádios indígenas que seguiram este caminho, como a *Rádio Margaridas* em Chiapas, no México, fundada pelos zapatistas nos anos 1990, e outras redes recentes que estão surgindo online por iniciativa dos povos indígenas, têm funcionado nos moldes das rádios comunitárias. Com objetivos mais específicos, tais como: a manifestação da diversidade étnica; a preservação da memória cultural; a manutenção das línguas minoritárias regionais latino-americanas (ou majoritárias) reconhecidas - como o guarani no Paraguai (ou que não foram reconhecidas oficialmente, como é o caso do quíchua ou aimará) e, sobretudo, a luta pela terra que deles foi espoliada -, estes movimentos inauguram novas práticas sócio-político-culturais no século XXI (AGUILAR, 2010, p.132).

Rádios comunitárias camponesas como algumas atreladas ao MST – Movimento dos Sem-Terra no Brasil, além de incorporarem também a luta pela terra, defendem igualmente o “latifúndio do saber” que é a conquista pela educação das novas gerações (AMARANTE, 2001).

Muitas dessas rádios, desde os anos 1980, têm sido apoiadas por ONGs - Organizações Não-Governamentais ou do Terceiro Setor, que oferecem formações, inserção de material educativo e até no apoio humano – com profissionais que compartilham seus saberes para somar com as comunidades e propagar cidadania. Como exemplos de redes de apoio regional ou nacional, citamos algumas estudadas por GEERTS e VAN OEYEN (2001, 192-196) como a CORAPE – Coordenadora de rádios populares e educativas do Equador Sul, do Peru e Bolívia; a FGER – Federação Guatemalteca de Educação Radiofônica; a ERBOL – Educação Radiofônica da Bolívia; a CNR – Coordenadora Nacional de Rádio no Peru, a UDECA – União Dominicana de Emissoras Católicas; FARCO – Foro Argentino de Rádios Comunitárias; ALER – Associação de Educação Radiofônica, em Quito, que construiu Manuais de Formação a partir da prática e a AMARC – Associação Mundial de Rádios Comunitárias -, presente



Rádios para todas as vozes

Maria Inês Amarante

nos cinco continentes e organizadora de agência de notícias alternativa – a Pulsar, que retroalimenta a programação de tantas rádios latinas em espanhol e português.

Recentemente, no Paraguai, nasceu o projeto “Democratización de la información para el ejercicio de los derechos humanos”, cujo objetivo é contribuir para a democratização da informação sobre direitos e necessidades das mulheres e dos homens em situação de pobreza na cidade e no campo.⁴ Executado por organizações sociais reunidas em torno da Coordenação de Organizações Camponesas (ONAC, MCNOC, CONAMURI, MAP, CNOCIP), e outras entidades, como a Associação Nacional de Rádios comunitárias e meios alternativos, tem oferecido capacitação e produzido programas informativos para distribuição à rede de rádios comunitárias, em língua guarani.

As rádios definidas como comunitárias - o termo, segundo Peruzzo (1999, p. 417-19) começou a ser empregado a partir dos anos 1990 -, se identificam pelos níveis de participação entre os membros que se unem para construí-las. Assim elas se caracterizam como rádios feitas *com* e não *para* a comunidade, geralmente de bairros periféricos onde imperam inúmeras carências, como educação, moradia, transporte, lazer. Lutam pelos direitos humanos – e a comunicação é um deles – pela cidadania, democracia, livre expressão e têm missão educativa e conscientizadora. Promovem a ruptura do modelo centralizador, dão espaço aos artistas e à cultura local.

Apesar de estarem regulamentadas em alguns países da América Latina, na maioria deles funcionam precariamente, justamente por não terem finalidades lucrativas e receberem pouco ou nenhum apoio do poder público – mesmo servindo a um largo público.

No Brasil, a Lei 9612/98, que regulamenta a radiodifusão comunitária criou ainda mais entraves ao setor, sendo contestada sob vários aspectos no tocante ao funcionamento das rádios que dela dependem para funcionar. Tal lei também mostrou

⁴ Disponível em <<http://demoinfo.com.py/>>.

o poder existente dos *lobbys* dentro do Ministério das Comunicações, como o exercido pela ABR - Associação Brasileira de Rádio, desde 1944, e pela ABERT - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e de Televisão, criada em 1962, gerando morosidade no atendimento às demandas e fazendo com que muitas rádios esperassem até entre 6 a 7 anos para obterem sua outorga! Muitas denúncias já foram feitas sobre um provável “mercado negro” de concessões, porém não mereceram destaque e tampouco apuração pelo poder público (AMARANTE, 2012, p. 42).

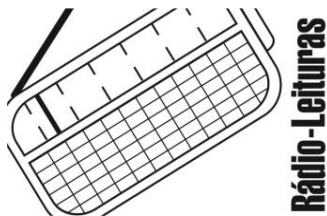
Consideramos uma das grandes lacunas dessa lei o fato de limitar o poder de alcance das rádios comunitárias⁵ e conceder apenas um único canal de funcionamento para todas, não permitindo a formação de redes entre esses meios comunitários. No momento em que tantas redes regionais e intercontinentais se formam para divulgar iniciativas cidadãs, servindo como “espaço de diálogo e coordenação entre seus integrantes”, perde-se a oportunidade de desenvolver uma visão mais insertiva nos projetos nacionais para conciliar a dimensão local e nacional (GEERTS & VAN OEYEN, 2001, p. 187-188).

Seguindo os passos de Kaplún, o envolvimento de acadêmicos com a comunicação cidadã, os chamados “intelectuais orgânicos”⁶, que idealizam outras formas de contribuição social, perdurou e teve desdobramentos salutareos através de inúmeras ações que se traduzem por projetos de pesquisa e extensão nas universidades, cujos exemplos se multiplicam a cada dia em tantas comunidades.

Houve igualmente estímulo acadêmico no sentido de uma leitura dos meios pelos alunos a partir da escola de 1º Grau, com a colaboração de professores e jornalistas - e que foram gerando o surgimento de rádios e jornais escolares. Assumpção (1999, p. 48) lembra que o objetivo era “integrar os meios de comunicação social à prática da sala de aula de escolas [...] de modo a possibilitar que professores e

⁵ Apenas foi autorizada uma potência de 25 watts, impedindo a rádio de atingir até 20 ou 30 quilômetros, como era previsto no projeto de lei anterior. Em localidades como a região amazônica, é um modo de aumentar ainda mais a distância entre as populações ribeirinhas.

⁶ Numa referência ao conceito trazido por Gramsci.



Rádios para todas as vozes

Maria Inês Amarante

alunos se reconheçam como autores do processo pedagógico”. No entanto, a prática da comunicação acabou alterando a própria realidade escolar, promovendo cidadania.

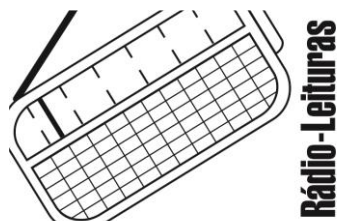
Outros projetos foram mais além e previram trabalhar com associações comunitárias de rádios trazendo a experiência de organização para a escola e dando autonomia a alunos adolescentes para a gestão de uma rádio escolar, transformando-a numa rádio comunitária, conforme demonstrou a pesquisa realizada entre 1998 a 2004 (AMARANTE, 2012). Dessa maneira, as rádios comunitárias presentes em escolas públicas, ou radioescolas no ensino privado, instigam os estudantes a desenvolverem sua competência e criatividade em torno do bem comum através da comunicação. Educar para a livre expressão, os direitos, a cidadania é uma forma de defender uma nova ordem comunicativa para as gerações vindouras.

Outras experiências, como as da *Rádio En Tránsito* de Buenos Aires, também iniciaram nos moldes das rádios livres, através de uma cooperativa de jornalistas. Adotada pela comunidade, passou a oferecer cursos de comunicação educativa em escolas públicas (radioescolas); aprendizagem e estágios a estudantes universitários além de manter uma gráfica própria que permite a edição do jornal comunitário, reafirmando seu princípio de servir à cidadania, sem fins lucrativos (AMARANTE, 2010, p. 520). Para Liliana Belforte⁷, “a rádio encontrou uma maneira de caminhar, fazer sua história”.

Com a nova *Lei de Mídia* na Argentina⁸, seguramente outras rádios comunitárias e cooperativas surgirão, seguindo estas experiências, uma vez que dividindo os poderes entre meios comunitários, estatais (públicos) e comerciais, se favorece a diversidade democrática e a participação de novos atores. Na opinião de

⁷ Entrevista concedida à autora em outubro de 2009, na sede da Rádio FM *En Tránsito*, Castelar, Buenos Aires.

⁸ A Lei 26.522 de Serviços de Comunicação Audiovisual, mais conhecida na Argentina como *Ley de medios* foi promulgada em 2009 naquele país, só entrando em vigor em 2013. Esta Lei revoga e substitui a anterior, de 1980, instaurada durante a ditadura militar e que favoreceu o monopólio midiático por parte do grupo *Clarín*.



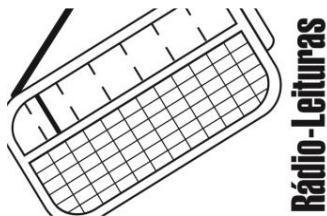
Natalia Vinelli⁹, o mais importante nessa Lei foi o debate que promoveu, tirando a comunicação dos “cenários dominados por especialistas ou técnicos e colocando-a ao alcance de qualquer pessoa”. Assim, nas casas, nos encontros familiares, no ambiente de trabalho, se começou a falar em manipulação ou no papel dos meios, “ali quando ainda há pouco dominava a ideia de que o que está correto é o que aparece na televisão” (tradução nossa).

No entanto, a *Lei de Mídia* foi só uma primeira etapa. No IV Encontro de Comunicação Audiovisual e III Foro de Políticas Públicas, realizado no ano passado em Posadas (Misiones), na Argentina, quando se consolidou a Rede de Comunicadores do Mercosul¹⁰, acadêmicos, jornalistas e estudantes do país dividiram com convidados do Brasil, Uruguai e Paraguai suas preocupações sobre as formas de apoio à comunicação comunitária na atual conjuntura. Houve consenso sobre a necessidade de mapear as experiências locais e articular as estratégias territoriais de trabalho conjunto para se construir a aplicabilidade da Lei e contribuir no empoderamento da sociedade civil, trabalhando igualmente as novas tecnologias. Para alimentar o debate, afirmou-se que: “La sostenibilidad de los medios y productoras comunitarios es uno de los grandes desafios que se plantean en el marco de la implementación de la Ley de Servicios de Comunicación”.

Seguindo esses passos, países como o Uruguai, a Bolívia e a Venezuela têm dado destaque às ações de um novo marco regulatório para o setor da comunicação, para que se aumente o número de emissoras que atendam os setores populares, na tentativa de proteger a diversidade cultural e que possam servir de ferramenta ao

⁹ Disponível em <http://www.prensared.org/18016/entrevista-a-natalia-vinelli-comunicacion-alternativa-y-construccion-de-poder-popular>.

¹⁰ <http://www.apc-suramerica.net/?p=7484>.



Rádios para todas as vozes

Maria Inês Amarante

desenvolvimento humano, educativo e cidadão, ampliando a democracia. A maioria dessas rádios funciona localmente e têm alcance e potência limitados¹¹.

No Brasil, há um debate em curso a respeito das concessões públicas excludentes e das rádios públicas ainda incipientes que merece ser ampliado, sobretudo por sermos um país de dimensão continental. Com o aumento do número de rádios em instituições de ensino federais (geralmente webrádios), haverá necessidade de se estudar modelos de funcionamento mais inclusivos.

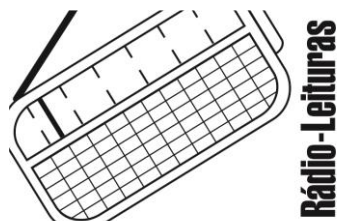
Enquanto se espera por um novo marco regulatório, reivindicação antiga dos movimentos sociais brasileiros, debatido em vários Fóruns (Fórum Social Mundial, Fórum da Mídia Livre, de Rádios Comunitárias etc.) e nas frentes, como o FNDC – Frente Nacional pela Democratização das Comunicações, também se planeja o futuro através da juventude.

Considerações

Depois de anos de regimes autoritários na América Latina que calou tantas vozes - e diante de um modelo excludente imposto em tempos de globalização - a “ditadura da ilusão”, na expressão de Vargas Llosa (2013), vê-se a necessidade de um outro modelo de desenvolvimento que deve ser construído a partir de alternativas ampliadas nos ambientes educativos, diante de novos processos midiáticos, e que discutam a participação cidadã e a cidadania comunicacional em tempos de redes.

Porém, muitos questionamentos levantados por Barbero (1999, p. 12), antes do final do século XX, ainda não foram plenamente respondidos na maioria dos países, tais como: - Até que ponto os novos espaços radiofônicos e televisivos estão traduzindo e canalizando realmente as demandas cidadãs? - Até onde se está inventando e imaginando novos modos de participação, novos modelos de

¹¹ No Brasil, este limite é de um raio de 1 km e estão impedidas de formarem redes, conforme a lei 9612/98 que rege a radiodifusão comunitária. Na Argentina não se estabelece este limite e, no Paraguai, as redes de rádios comunitárias são correntes.



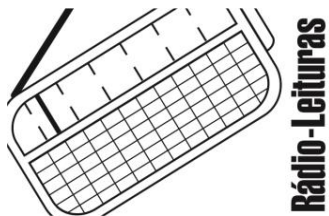
comportamento cidadão? - O que estão fazendo as rádios e televisões comunitárias para ajudar a nascer uma cidadania latino-americana? (tradução nossa).

Há que se articular a luta pelas mudanças nos meios de comunicação e na vida cultural a outras práticas, projetos e organismos que possam lhe trazer eficácia política, oferecendo a todos os cidadãos meios para construir sua hegemonia, afirmou Lins da Silva (1982, p. 22). Há também que se refletir sobre a história do pensamento social latinoamericano e analisar todos os fatores que colaboram para que ainda se tenha uma grande parte da população alijada do processo comunicativo. Ele depende das políticas públicas de comunicação de cada país, isto é, de marcos legais favoráveis à expansão de meios alternativos e comunitários que ocorram no espaço público e que ainda continuam sendo dominados por interesses privados; do elo existente e das intersecções entre os projetos das universidades, escolas e os das organizações sociais mediado por novos atores sociais; do fortalecimento de redes de comunicação e agências de notícias, bem como de escolas radiofônicas comprometidas com a mudança social, dissolvendo a hierarquia entre os poderes que mais segregam do que agregam.

Diante da memória resgatada nessa longa caminhada no sentido da abertura de novas vias de acesso para uma outra comunicação, acreditamos que só haverá transformação, como afirmou um comunicador argentino, quando conseguirmos conceber estratégias de construção continental e conjunta de meios “alterativos” – capazes de fortalecer as Rádios para Todas as Vozes.

Referências

AGUILAR, Alejandra. Índios online: uma experiência indígena brasileira de Mídia Cidadã. In: **Recortes Brasileiros de ativismo midiático**. PEREIRA, Ariane et al. (orgs), Guarapuava: Unicentro, 2010, p. 131-139 (Coleção Conversas Contemporâneas em Comunicação – 3C).



Rádios para todas as vozes

Maria Inês Amarante

AMARANTE, Maria Inês. **Rádio Comunitária na escola: adolescentes, dramaturgia e participação cidadã**. São Paulo: Intermeios, 2012.

_____. **Guerrilheiras da Palavra**. Rádio, oralidade e mulheres em resistência no Timor-Leste. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica, São Paulo, PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010, 278 p.

_____. As rádios comunitárias na América Latina e a experiência das redes AMARC e ALER. In: **Recortes Brasileiros de ativismo midiático**. PEREIRA, Ariane et al. (orgs), Guarapuava: Unicentro, 2010, p. 39-56 (Coleção Conversas Contemporâneas em Comunicação – 3C).

_____. Rádios comunitárias e transformação social na América Latina. **Extraprensa**, São Paulo: USP, v. 1, n. 1E, 2010, p. 511-524.

_____. O latifúndio do saber: uma lição de vida do MST. Programa radiofônico produzido na ARCOS-CEPOCA para o concurso da AMARC – *Direito à Comunicação*, 2001 (CD, 20').

BARBERO, Jesús-Martín. Las mediaciones de los médios em la construcción de cidadania. **Revista Arandu**, 10-39 enero-abril, 1999, p. 10-12.

BRECHT, Bertolt. O rádio como aparato de comunicação. Discurso sobre a função do rádio. **Revista de Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v.21, n.60, maio/ago. 2007.

DAGRON, Alfonso Gumurcio. **Haciendo Olas**: Histórias de Comunicación Participativa para El cambio social. New York: The Rockefeller Foundation, 2001.

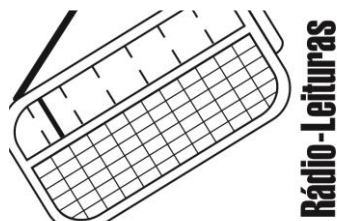
FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GEERTS, Andrés; VAN OEYEN, Víctor. **La radio popular frente al nuevo siglo**: estúdios de vigência e incidência. Quito/Equador: ALER, 2001.

GRIMBERT, Máximo Simpson (org). **A comunicação Alternativa** na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1987.

KAPLÚN, Mario. Producción de **Programas de radio**: el guión, la realización. 1. ed. Quito: CIESPAL, 1978.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **O Rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.



ORTRIWANO, Gisela Swetlana. Rádio: interatividade entre rosas e espinhos. **Revista Novos Olhares**, São Paulo: ECA/USP, 1998, p. 13-30.

PERUZZO, Cicilia M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. Universidad de la Sabana, 2008. Disponível em:

<http://palabraclave.unisabana.edu.co/index.php/palabraclave/article/view/1503/1744>

·

· _____. Comunicação Comunitária e Gestão Participativa. KUNSCH, Margarida M. K.; KUNSCH, Waldemar Luis (orgs). **Relações públicas comunitárias**. A comunicação numa perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007, p. 137-149.

_____. Mídia comunitária. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, n. 30, 1998, p. 141-156.

PUNTEL, Joana T. A Igreja e a democratização da comunicação. S. Paulo: Paulinas, 1994.

ROUQUIÉ, Alain. Introducción al Extremo Occidente. Trad. Rosa Cusminsky de Cendrero, Mexico: Siglo Veintiuno editores, Sa, 1994, p. 20-21.

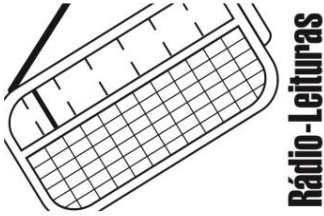
SILVA, Carlos Eduardo Lins da (coord.). **Comunicação, Hegemonia e Contra-Infomação**. São Paulo: Cortez Editora: Intercom, 1982.

VARGAS LLOSA. **A civilização do espetáculo**. Uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013.

VIGIL, José Ignacio López. **Manual urgente para radialistas apasionados**. Quito, Equador, 1997.

VILLAMAYOR, Claudia; LAMAS, Ernesto. Gestión de la Radio Comunitária y ciudadana. FES - Friedrich Ebert Stiftung, AMARC – Asociación Mundial de Radios Comunitárias, 1998. Publicado em **VivaLaRadio**, 2008. Disponível em:

<http://www.vivalaradio.org/gestion-radios-comunitarias/organizacion/05manual-gestion.html>



Rádios para todas as vozes

Maria Inês Amarante

Abstract

From a bibliographic and documental study and interviews, it is proposed to review the historical experience of the leading democratic media which flourished in Latin America - and its various denominations, since the 1940s, highlighting the most significant and those that brought a real change in the communication strategies for the development of peoples, such as community radio. It is also intended to show recent radio initiatives, such as school radios that have emerged from projects established amount community associations, the government and the universities, encouraging the young protagonist into spaces, in which they articulated the relationship between producers and receivers in a manufacturing perspective, as well as the experiences of neighboring countries to encourage community radios with proposals "alterative."

Keywords: Latin America; community radios; citizenship

Resumen

A partir de investigación bibliográfica, documental y entrevistas, se propone revisar la experiencia histórica de los principales medios de comunicación democráticos que florecieron en América Latina - y sus variadas denominaciones, desde los años 1940, destacando los más significativos y que introdujeron un cambio real en las estrategias de comunicación para el desarrollo de los pueblos, como es el caso de las radios comunitarias. Se pretende también mostrar iniciativas radiofónicas recientes, como las radios escolares que surgieron de proyectos establecidos entre asociaciones comunitarias, el poder público y las universidades, estimulando el protagonismo joven en espacios en los cuales se articula la relación entre productores y receptores en una perspectiva transformadora, como también las experiencias de países vecinos de incentivo a las radios comunitarias con propuestas "alterativas".

Palabras Clave: América Latina; radios comunitarias; ciudadanía